



Leituras a Contrapelo: considerações sobre a sofisticação da mensagem contida nas Cartas de João Maria de Agostini e sobre a Carta Paulina de 1ª Tessalonicenses

ARTUR ARAUJO SANTOS[□]

O presente estudo investiga o processo de sofisticação da mensagem cristã no seio popular, por meio de método comparativo, tendo como âncora o contexto cultural experimentado por Paulo, durante a confecção da *Primeira Carta aos Tessalonicenses* – em meados do século I, na Grécia – e o contexto cultural da religião popular evidenciado nos escritos e nas mensagens do *monge* João Maria de Agostini – em meados do século XIX, no sul do Brasil.

A *Primeira Carta aos Tessalonicenses*¹ é considerada o marco de surgimento de uma literatura cristã autêntica. Datada do início dos anos 50 do primeiro século, esta carta é o aconselhamento do apóstolo Paulo para a comunidade que deixou pelo seu caminho missionário. A crítica dirigida por Paulo aos tessalonicenses evidencia um comportamento não agradável aos olhos do apóstolo. Da mesma forma as cartas *Aos dos Campestres* e *Aos do Monte Palma*, do *monge* João Maria de Agostini, demonstram a tentativa do religioso em ordenar as práticas por ele estimuladas.

Resguardada a distância tempo-espacial dos ocorridos, um suposto anacronismo é aqui usado de forma controlada, na acepção de Nicole Loraux (2009, p. 194). Não se trata de buscar respostas cabais, mas avançar nas perguntas aos objetos. Porém,

a comparação com os dados etnográficos, quer na sua versão mais prudente (que procura simplesmente motivações para novas perguntas), quer na sua versão mais audaz (que não exclui a possibilidade de descobrir novas respostas), impõe uma crítica preliminar dos testemunhos (GINZBURG, 1989a, p. 161-162)

As comparações sistemáticas são há muito utilizadas nas ciências sociais para a aproximação de esferas econômicas, sociais ou mesmo religiosas. “É apenas graças à

[□] Artur Araujo Santos, Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), especialista em História do Cristianismo Antigo (UnB/2008) e mestre em História (UnB/2014)

¹ As citações de livros bíblicos serão feitas a partir da Bíblia Tradução Ecumênica (TEB). São Paulo: Edições Loyola, 1994.



comparação que conseguimos ver o que não está lá; em outras palavras, entender a importância de uma ausência específica” (BURKE, 2002, p. 40). Segundo Burke (2002, 41), as abordagens que particularizam e que generalizam, histórica e teórica, complementam-se.

Walter Benjamin, ao repensar uma história que dê conta dos excluídos, esboça uma crítica documental coerente com o problema aqui apresentado. Benjamin aponta um caminho para a reconstituição dos trajetos missionários e das documentações decorrentes, para que não se continue a superestimar a mensagem literária e ideal em detrimento da experiência sócio-histórica.

Sua tese número VII, em *Sobre o Conceito de História*, propõe escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1985, p. 225) e reconhecer tendências e ângulos menosprezados pela leitura institucional dos eventos. Ou seja, enxergar através da documentação aqueles que foram desconsiderados e subestimados, mas que compõe plenamente o fazer histórico ali descrito. Sendo assim, far-se-á na sequência a leitura a contrapelo das documentações referentes aos missionários estudados: a *Primeira Carta aos Tessalonicenses*, de Paulo, e as cartas *Aos dos Campestres* e *Aos do Monte Palma*, do monge João Maria de Agostini.

A cidade de Tessalônica está no decurso da segunda viagem evangelizadora de Paulo, o apóstolo Paulo, e pode ser considerada a porta de entrada do cristianismo na Europa. A arqueologia de Tessalônica não preservou vestígios dessa comunidade cristã, o que eleva o grau de importância das *Cartas aos Tessalonicenses* como principal documentação a tratar desses cristãos históricos.

Carta pragmática, sem grandes elaborações dogmáticas concebidas antecipadamente, a *Primeira Carta aos Tessalonicenses* evidencia um tom preocupado com o sucesso da empreita missionária. Paulo é obrigado a se posicionar diante dos problemas apresentados pelos mensageiros e co-evangelizadores que trouxeram a ele notícias não inteiramente agradáveis.

Em 1Ts 3: 2, existe a informação que um colaborador de Deus (e de Paulo), Timóteo, fora enviado à Comunidade para prestar assistência à fé daquela recém formada igreja. É comentado que Timóteo retorna com notícias (1Ts 3: 6), ou seja, informações que fazem parte da Carta enviada para a Comunidade tempos depois. Paulo fica em Atenas, segundo 1Ts 3: 1.



A campanha missionária de Paulo sofreu reveses, pois seu anúncio de um messias redentor morto numa cruz teria aborrecido os judeus da diáspora, insatisfeitos com a deturpação tradicional de um messias davídico entronizado. A seita judaica, que se propagava ligada a um candidato messiânico, assassinado vinte anos antes, perturbava a ordem estabelecida, tanto pela pregação de teores apocalípticos, proferida por Paulo, quanto pelo foco negativo que aquele tipo de “judaísmo” atraía. Os judeus da diáspora mantinham uma relação de certa estabilidade com o Império Romano, contudo os limites, bem demarcados para que as práticas judaicas não gerassem problemas à coesão do Império, estavam ameaçados devido à nova teologia que nascia e que era identificada a um tipo de judaísmo.

Crossan e Reed (2007) argumentam que Paulo, como bom estrategista, pregava na circunscrição desses judeus, próximo às sinagogas ou mesmo nas sinagogas, pescando novos convertidos entre aqueles já familiarizados com aquele tipo de anúncio. Crossan e Reed discutem a possibilidade de que os *não judeus*, ligados às práticas das sinagogas, tenham demonstrado interesse pela pregação de Paulo. Seriam os *adoradores de Deus* ou *tementes a Deus*, mencionados inclusive em achados arqueológicos, que estariam entre os convertidos de Paulo. Não se quer dizer com isso que os convertidos seriam provenientes somente de círculos judaicos, pois a Palavra, aberta a todos aqueles dispostos a aceitá-la, também frutificou entre idólatras que, abandonando seus ídolos, voltaram-se para Deus (1Ts 1: 9). Sabe-se da proibição da idolatria, do culto a ídolos, entre os judeus e, assim, averigua-se a proveniência de uma origem variada de convertidos.

O capítulo 2 de *Primeira Tessalonicenses* transmite o entusiasmo de Paulo e o sentimento de paternidade para com a comunidade recém nascida, demarcando o caráter de autoridade. Ao mesmo tempo, a repreensão também viria à altura, inclusive relembrando o fato de trabalhar para sustentar a própria estadia quando esteve entre eles (1Ts 2: 9; 4: 11). De fato, um ponto já chama atenção: o trabalho. Nas admoestações, o estímulo ao trabalho se faz constante: “Tomai a peito viver uma vida tranquila, ocupar-vos com vossos negócios e trabalhar com vossas próprias mãos, como vos ordenamos, para que vossa conduta seja decorosa aos olhos dos estranhos e não tenhais precisão de ninguém” (1Ts 4: 11-12).



Paulo faz críticas ao que define por desordeiros² e insiste em um “não revide” entre a Comunidade, respeito entre eles e para com outros (1Ts 5: 14 e 15).³ Se o trabalho num ambiente pagão é função de escravos, tem-se aí também indícios da origem social de parte dos cristãos de Tessalônica. O que está em jogo é o trabalho habitual e cotidiano, relativizado pela volta iminente do Senhor.

Paulo vinha fugindo da cidade de Filipos, insultado pela desordem causada por seu discurso (At 16: 20-24 e 1Ts 2: 1-2). Segundo seu argumento aos tessalonicenses, o tom severo e punitivo, para aqueles que o escorraçaram, convoca a ira de Deus que se abateria sobre os pecadores por ocasião da volta do Senhor (1Ts 1: 10; 2: 16 e 5: 9). Paulo declara que a ira do Senhor está vindo e que é necessário ser encontrado de maneira santa, justa e irrepreensível (1Ts 2: 10; 3: 13; 5: 23), pois é preciso “agradar a Deus, que prova nossos corações” (1Ts 2: 4).

A perseguição e má acolhida “histórica” à pregação dos profetas é uma das chaves de interpretação que garantem ao próprio Paulo (e talvez para o próprio *monge* Agostini) estar no caminho certo. Perseguição e violência são sinais da iminência da manifestação divina, já que eram destinados a provações (1Ts 3: 3-4); quesito esse ligado à apocalíptica judaica que acreditava que, antes do *Fim dos Tempos*, sobreviria um período de adversidades para os fiéis, até que finalmente viesse o *messias*. As *provações*, que também pode ser traduzido por *tribulações*, é um termo técnico da apocalíptica. Paulo reorganiza a expectativa apocalíptica em torno de Jesus.

² Em nota referente a esta passagem, a TEB comenta que a vida desordenada pode estar associada a indivíduos que vivem na agitação, pensando que a vinda do Senhor é iminente. (TEB, 1994, p. 2311)

³ Alguns observadores menos atentos acreditariam que as exortações paulinas, quanto ao trabalho, destinavam-se a pessoas recém-convertidas, cujo status não lhes permitiriam se sujeitar a trabalhos rotineiros. Soa como uma tendência marxista na boca de Paulo, um presentismo. Por mais que existisse uma receptividade característica do politeísmo, quanto a cultos diversos, não podemos ignorar um processo gradual de disseminação e sofisticação da cultura cristã. Importante lembrar que a exortação não é somente com relação ao trabalho, mas o não trabalho juntamente com o comportamento desordeiro. Não faz sentido pessoas, cujo status as impedem de trabalhar, serem admoestadas por viverem em desordem. A *desordem* é algo além de *não trabalhar*. O trabalho que sustenta a vida passa a ser confundido com a obra evangelizadora; outro presentismo. Julga-se que o discurso paulino, inicialmente, não atingia, em grau elevado, pessoas de status, pois este cristianismo reagia nas massas e colocava em xeque o sistema estabelecido que sustentava tais emblemas. Paulo e ajudantes, feridos e maltrapilhos por causa das perseguições sofridas em cidades anteriores a Tessalônica (1Ts 2: 1) não se diferenciariam grandemente de profetas modernos cujas barbas e gestos estremeçam dada ordem asséptica.



Paulo despede-se encorajando a comunidade que viva em paz (1Ts 5: 13), que corrija os que vivem de maneira desordenada (5: 14) e que não se retribua o mal com o mal (5: 15). Um grave problema de autoridade estava presente entre os cristãos tessalonicenses e evidências não faltam para corroborar um desentendimento intracomunitário (5: 12-13). “Eu vos conjuro pelo Senhor: que esta carta seja lida a todos os irmãos” (1Ts 5: 27).

A experiência autônoma dos cristianismos ora estudados aguça a elementaridade da mensagem religiosa. É nesse momento de fermentação que novos sentidos são agregados, novas práticas e usos da experiência religiosa se desenvolvem. É a isso que o conceito de sofisticação cultural utilizado remete. Pois, “se existe um equilíbrio na cultura humana, este só pode ser descrito como dinâmico, não como estático; é o resultado de uma luta entre forças opostas” (CASSIRER, 1972, p. 348).

Trazendo as considerações de Benjamin para a análise em contraponto, a visualização das experiências descritas na *Primeira Carta aos Tessalonicenses* conquista acuidade ao ser estudada ao lado de processo social de sofisticação cultural semelhante. A cultura cristã católica popular que se desenvolveu no sul do Brasil, através da ação missionária de monges considerados santos, demonstra um alto teor de elaboração. O cristianismo difundido, fora do circuito católico oficial, deixou margens para que as práticas populares da religião tanto incrementassem a devoção ensinada por meio das experiências locais como também demonstrassem certa propensão para a vertente mais crítica e contundente da mensagem social cristã. As expectativas cristãs relativas à passagem do *monge* João Maria de Agostini, através de documentação ligada às suas pregações, evidenciam o processo de sofisticação cultural pela qual passam as mensagens e sua emancipação na oralidade.

Os documentos apresentados na sequência remetem à tentativa do *monge* Agostini de organizar a devoção desencadeada pela sua passagem. Para duas localidades, houve o desejo do eremita em deixar, por escrito, instruções que pudessem balizar a organização desses lugares, inclusive apontando gestores responsáveis, nas localidades que dão nome às cartas.



Aos dos Campestres, de 1849⁴

Saúde eterna em Jesus Cristo nosso Salvador

Eu confirmo o Sr. Américo no seu emprego de Procurador do grande Santo Antônio Abade. Este grande Santo solitário nos desertos do Egito é protetor dos animais cavaleares e contra as cobras e animais ferozes, protetor do fogo divino e material. Confirmo ao dito procurador em todo o tempo de sua vida, não havendo motivo imposto dele, se deve ter por um dos mais dignos.

Os doze zeladores, já assinalados por mim, tem a faculdade de fazer o mesmo procurador com maior voto de todo povo do Campestre. Assim mesmo podem por outro imposto de algum que possam faltar dos doze ou também de 1 dos 2 ajudantes do procurador, tendo justo e reto motivo. O superior dos 12 zeladores deve congregar seus companheiros em presença do povo em cima do cerro, averiguada a negligencia, imperícia ou maldade do procurador ou um desses mesmos 12 zeladores ou 1 dos 2 ajudantes, ponham outro em seu lugar, o que Deus seja servido em sua misericórdia. O Procurador tem de sua obrigação de ter limpo o lugar do santo e o lugar das águas santas e o caminho da via-sacra, cuidar com esmero as esmolas do santo, porque o que sobeja se deve repartir com os mais pobres enfermos do lugar e dos mesmos concorrentes, deve vigiar pela maior tranquilidade e santidade do povo, que estiver na ramada, como rezar o santo rosário a noite e de madrugada, cantar os cânticos àquele Senhor, que faz tantas maravilhas em favor dos pobres e arrependidos pecadores.

O Procurador, em caso de necessidade pode tomar para seu sustento uma ou duas patacas cada dia, das esmolas do Santo; oxalá que tal necessidade não tivesse de tomar nada, porque nenhum Procurador deve ser por interesse, deve trabalhar para ganhar sua vida, porque a comida e o Paraíso não é feito para os preguiçosos. Portanto, nenhum Procurador deve utilizar-se do que tem em depósito do Santuário, e é certo que o negligente e mau Procurador que procurar para si mesmo e não pelo Santo se faz a si mesmo um tesouro de maldição eterna, por haver dissipado o que de isso chora e chorará eternamente; e por isso quisera que o Procurador do Santo estivesse justo e vigilante e preparando-se para haver glória eterna no Céu, prêmio da sua fiel vigilância. A capela se há de fazer em cima do cerro e embaixo de uma ramada para concorrência do povo: 1ª Cruz podem fazer um cemitério. O Sr. Marafiga ou o Sr. Isidoro seja o superior dos 12. Cada um dos 12 vigilantes deve vigiar por sua parte sobre os malviventes, como os vagabundos, os ladrões de cavalo ou outras coisas, etc. Também devem vigiar sobre malvados fabulosos negociantes da água santa, que além de venderem injustamente desta dita água santa, em lugar desta, dão outra de qualquer rio. Oxalá que os magistrados das províncias tomassem a si mesmos e justo encargo um severo e público escarmento ao demais. A festa do Santo há de ser a 17 de janeiro com a pompa maior possível, com sua Missa e Prática, podendo ser. Podem levar em procissão o Santo do melhor modo possível, no mesmo dia. Se carneará a custa das esmolas para os pobres do lugar e concorrentes e devotos empregados do mesmo Santo.

Bastante seja a comida e nenhuma bebida de licores. Depois dos justos e prudentes gastos da festa, há necessidade cuidar da Capela honradamente, prudente e decente do Santo. O

⁴ O documento foi publicado pela primeira vez no livro *As Missões Orientais e seus antigos domínios* (1909), de Hemetério José Velloso da Silveira. Segundo o autor, “à margem desse amarelado papel de Holanda está o fac-símile do solitário em letra quase indecifrável: *joannes m̃a agostiniani, Solit. erem. de botucara?*” (SILVEIRA, 1979 apud KARSBURG, 2012, p. 130-133).



demais deve-se repartir com os pobres do lugar e concorrentes. Os vigiladores sejam muito exatos em observar os referidos nesta carta, e por isso que o Procurador deve ter 3 chaves do cofre das esmolas, uma para cada um indivíduo, que é uma para o Procurador, as outras para cada um dos 2 suplentes, abrindo-se o dito cofre devem presenciar os ditos suplentes, e que público seja o gasto e a entrada das mesmas esmolas. Portanto em Jesus Cristo vos rogo, que executeis o referido fielmente para que Deus vos pague eternamente, e os contraventores assim mesmos atribuir deverão o castigo merecido do Céu.

João Maria de Agostini, solitário eremita do cerro do Campestre de Santa Maria da boca do Monte e do cerro de Botucaraí de 1849. (SILVEIRA, 1979 apud KARSBURG, 2012, p. 130-133)

Trazer a reprodução da carta *Aos dos Campestres*, de João Maria de Agostini, é propositadamente necessário ao processo de estranhamento e conjugação de temporalidades. De imediato, algumas conexões surgem à medida que a leitura do documento é realizada. As críticas de Paulo aos tessalonicenses acabam por estabelecer um horizonte de leitura para o documento acima citado. Porém, o fluxo deve correr agora também em direção aos tessalonicenses. Não necessariamente a confirmar a função exortativa presente nos textos, mas para dotar a crítica realizada com rostos, carne e ossos, lembrando que a *Primeira Carta aos Tessalonicenses* se destinava a sujeitos reais em sua origem, para somente em seguida assumir funções litúrgicas.

Uma questão se prenuncia. Não existe movimento messiânico-milenarista no entorno de João Maria de Agostini, o que não exclui que a mensagem escatológica, típica do cristianismo, ressoe e encontre ambiente oportuno a operar numa tradição autônoma, sem amarras teológicas e, conseqüentemente, passíveis de exaltação.

A carta *Aos dos Campestres* é claramente uma confirmação de autoridade conferida aos nomes nela citados. Mas não simplesmente isso. A confirmação existente na figura do Sr. Américo, citado como “Procurador do grande Santo Antônio Abade”, está vinculada ao exercício de dois ajudantes diretos e doze zeladores que, na ocorrência de “negligência, imperícia ou maldade do procurador ou um desses mesmos 12 zeladores ou 1 dos 2 ajudantes”, poderiam reunir o “povo em cima do cerro” e nomear outro ou outros que ocupassem com melhor presteza as funções do cargo. Ficam patentes as noções democráticas e libertárias do referido escrito, pois colocam como conduta central uma observância diante de toda a comunidade.

O conjunto dessas personagens “empossadas” e o controle mútuo exercido eram a esperança de manter organizada a devoção, mas também é indício da necessidade originária



de poder alinhar minimamente algumas posturas, tendo em vista a grande quantidade de práticas e de pessoas que, para a região de onde brotavam *águas santas* com poderes curativos, acorriam causando desordem. Não parece haver dúvidas quanto ao caráter normativo que ela expressa, tentando estimular deveres e conter excessos.

Para não se deixar ficar nos locais de devoção, abandonando a vida anterior e cotidiana, o exemplo dado pelas lideranças locais precisa ser reafirmado; o Procurador deveria “trabalhar para ganhar sua vida, porque a comida e o Paraíso não é feito para os preguiçosos”. Agostini constrói argumentação a condenar o uso irresponsável das esmolas do Santo com dizeres de “maldição eterna”.

Não se tem aqui fortes indícios de expectativa iminente, quanto ao *Fim dos tempos* ou quanto à volta do Senhor, porém punições de maldição divina, associadas a responsabilidades cotidianas, são uma fórmula que, em muito, lembra a tentativa de dissuasão de Paulo na *Primeira Carta aos Tessalonicenses*.

“Nenhuma bebida de licores” deveria ser permitida – irrepreensíveis seriam os homens que cuidam do Santo –, pois a “honra”, a “decência” e a “prudência” estavam em primeiro plano. O zelo é permeado por noções comunitárias inspiradas em um cristianismo primitivo, noções “democráticas” que se fundem aos encargos, afinal estavam investidos em um cargo – o de zelador – e orientações dispunham para que públicos fossem os depósitos e retiradas das esmolas. Azeitando as funções, estava o “castigo merecido do Céu”, caso não fossem observados fielmente os dispostos na carta.

Na carta *Aos dos Campestres*, a menção a pontos balizados por cruzeiros não é auto-explicativa, mas é sabido que, dentre as práticas de João Maria de Agostini, estava a ereção de vários cruzeiros que demarcavam estações a serem seguidas em procissão, uma Via-Sacra, que tinha função penitencial no complexo santo.

Já em outra localidade, durante o seu caminho missionário – na província de Misiones, Argentina – Agostini deixa um outro escrito também com objetivo de organizar a devoção.



A carta *Aos do Monte Palma* (1852)⁵ é bem parecida com o documento *Aos dos Campestres* (1849), mas demonstra certa concisão em comparação ao anterior. Também confere autoridade a pessoas e família específica, como também institui doze protetores. As festas são diferentes, enquanto no Campestre a devoção organizou-se em torno de Santo Antão, no “Monte Palma” a devoção organizou-se em torno de Nosso Senhor do Deserto e da Santa Cruz.

As questões práticas são as maiores preocupações presentes nas cartas de Agostini e denota-se que as devoções instituídas são orientadas em práticas católicas reconhecidas. De forma bastante interessante, a menção ao “inferno”, ao “pecado”, ao “mal”, ao “medo” ligam-se à “pastoral do medo”⁶, recurso comum aos pregadores ligados à colonização. Contudo, tal “pastoral do medo” aparece na carta *Aos do Monte Palma* de forma muito mais intensa. Esse é um ponto importante na trajetória missionária do *monge*, pois evidencia o aumento do rigor aos preceitos em questão.

Sabe-se que o eremita Agostini não buscava reelaborar os preceitos católicos, ao contrário, o *monge* estava mais preocupado em não infringir regras e permanecer associado aos ditames tradicionais do catolicismo.

Enxergar personagens tantas vezes idealizados por roteiros cristãos não é tarefa simples. João Maria de Agostini era “sujeito complexo, e, como todo indivíduo histórico, não seguia uma trajetória linear, antes permeada de ambiguidades e percalços” (KARSBURG, 2012, p. 261). Assim, Paulo – o apóstolo de tantas cartas cristãs – mesmo visualizado através de um arquétipo que preza pela densidade histórica, também carece da realidade dos sujeitos não lineares, ambíguos, vivos em suas respectivas documentações. A ideia aqui não foi autorizar os modernos a partir dos antigos, ao contrário, o idealizado apóstolo de Jesus distanciou-se muito do pregador itinerante, por isso a experiência palpável de outro pregador expõe a condição humana e os percalços possíveis de alguém que trilhava caminho bastante árduo na difusão e na confirmação de tão nova fé.

⁵ Infelizmente não é possível citar o documento na íntegra. A carta encontra-se disponível na tese de Alexandre Karsburg (2012, p. 371-372), contendo a seguinte referência: BN, Setor de Periódicos. *Jornal A República*, Curitiba, 14 de dezembro de 1912, n.292, p. 1.

⁶ “O céu, o inferno, o juízo final e a morte não eram objetos estranhos à espiritualidade dos habitantes brasileiros do século XIX, mas não possuíam as características apavorantes como apresentados pela ‘pastoral do medo’ levada adiante pelos capuchinhos italianos. As orientações passadas pelos frades em torno daqueles quatro pontos eram repressivas e ameaçadoras (...).” (KARSBURG, 2012, p. 295)



Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1985.

Bíblia Tradução Ecumênica (TEB). São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica: ensaio sobre o homem*. Tradução de Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Mestre Hou, 1972.

CROSSAN, John Dominic e REED, Jonathan L. e. *Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano*. Tradução de Jaci Maraschin. 2 ed., São Paulo: Paulinas, 2007.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

LORAUX, Nicole. *A Tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.